



DÉFICIT HABITACIONAL DE JOINVILLE: Um comparativo com o valor estimado e o valor calculado para o ano de 2022.

Tereza Cristina Silvério Couto

Mestranda em Planejamento e Governança Pública, Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Simone Aparecida Polli

Doutora em Planejamento Urbano e Regional, Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Resumo

O presente artigo trata sobre o déficit habitacional no município de Joinville. O déficit habitacional é um indicador que estima a falta de habitação ou sua condição inadequada/insalubre de moradia. Ele é calculado a nível nacional pela Fundação João Pinheiro (FJP) desde 1995 e tem como papel atual dimensionar a quantidade de moradias incapazes de fornecer direitos de acesso à infraestrutura e condições básicas de moradia à população. No município de Joinville, através do Plano de Habitação de Interesse Social - PHIS de julho/2010 foi calculado o déficit habitacional e feito as estimativas para a década seguinte. Este artigo demonstra os dados do déficit habitacional de Joinville conforme calculado nos anos de 2010 e o comparativo com o cálculo atual - tendo como base o CAD Único e traçando uma linha com a fila habitacional do município através do cadastro das famílias na Secretaria de Habitação.

Palavras-chave: deficit habitacional. Produção habitacional. Política habitacional.



1. Introdução

Iniciamos com um breve relato das políticas habitacionais dos últimos governos - FHC, Lula e Dilma. Pela série histórica, pelo governo FHC, nota-se o início de políticas consistentes habitacionais, tendo os municípios como principais responsáveis por esta demanda. Mas efetivamente em valores e diminuição de déficits, houve pouco avanço em política sólida e consistente, principalmente dentre as famílias de baixa renda concentrada nas grandes cidades, tendo grande parte dos recursos habitacionais alocados com população renda superior a 5 salários mínimos, enquanto 83% do déficit habitacional é de famílias de renda menor de três salários mínimos (CARDOSO et al, 2017).

O governo Lula tem como marco em 2005 projeto de lei de criação de um fundo específico para financiar a produção de moradias, denominado então de Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS). A partir de 2006, houve uma mudança significativa na política econômica do governo, marcada pela adoção de estratégias econômicas mais intervencionistas e por um progressivo aumento dos gastos públicos junto aos programas sociais e de transferência de renda. O PAC e o PMCMV são os protagonistas nas políticas habitacionais do governo (CARDOSO et al, 2017).

O governo Dilma inicia com a continuação dos programas do Lula, porém com crises externas têm que construir um novo programa econômico, intitulado como Nova Matriz Econômica, buscando ao longo do tempo construir uma nova agenda que permitisse o aumento sustentado do investimento industrial, porém as medidas não trouxeram resultados esperados. No contexto de crise econômica, a crise política ganhando contornos críticos, e o governo tendo adotado uma estratégia conservadora na economia (com reflexos na contenção dos gastos públicos) (CARDOSO et al, 2017).

A construção das políticas habitacionais foi sempre em torno do protagonismo do setor privado (com altos investimentos para aceleração de obras e financiamentos), sendo que o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social criado junto com o Fundo Nacional tinha princípios contrários a este tipo de programa, onde defendia o papel estratégico do setor público. Com isso vemos os programas sofrendo com crises econômicas e não tendo a continuidade necessária para redução do déficit habitacional (CARDOSO et al, 2017).

A partir dos anos de 1990, a identificação do déficit habitacional nos centros urbanos brasileiros e a necessidade de qualificar o estoque de moradias tornou-se referência para o tratamento das questões habitacionais. Com o fim do regime militar muitos conceitos foram



evoluindo e a luta pela urbanização das favelas, o reconhecimento da cidade real e aceitação de políticas públicas para adequação, não tratando mais como problema, alteraram o conceito de moradia aceitável.

O déficit habitacional no Brasil é um problema de difícil solução, pois não é recente mas sim recorrente. Se acentua à medida que a terra urbana encarece, tendendo a uma valorização e se transforma em mercadoria. Por este motivo muitas famílias não conseguem ter sua moradia digna e a aquisição de um terreno urbano persiste como algo distante (Morimitsu; Silva, 2014). BONDUKI, 2008 afirma que o déficit habitacional urbano está concentrado nas famílias com renda mensal de até três salários mínimos, correspondendo a 83,2% do déficit nos anos 2000.

Segundo JANUZZI, 2016 a utilização de indicadores habitacionais nas esferas públicas vem em crescente utilização, associado ao planejamento para formulação de políticas públicas, aprimoramento do controle social, elaboração de ferramentas de planejamento e acesso facilitado a informações estruturadas.

Um dos indicadores habitacionais mais comentados e utilizados é o de déficit habitacional. Déficit habitacional é um conceito que busca estimar a falta de habitações e/ou existência de habitações inadequadas, podendo ser entendida como “falta de moradia e/ou carência de algum item que a habitação deveria ser minimamente contemplado”. Ainda como um campo em aprimoramento quanto à melhor forma de calculá-lo. Porém a principal referência neste assunto, em nível Brasil, é a Fundação João Pinheiro (FJP), que desde 1990 realiza o cálculo de déficit habitacional e inadequação utilizando o Censo Demográfico do IBGE ou a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD).

A metodologia implantada para esse cálculo passa por aperfeiçoamentos e mudanças nesses mais de 20 anos de existência da pesquisa, por motivos diversos como expansão e retração econômica e retomada de políticas habitacionais com grandes programas a nível nacional. Mas principalmente pela alteração da fonte de dados, onde o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) quebrou uma série histórica de mais de 10 anos da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) ao lançar a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PnadC) (FJP, 2021a).

Segundo Santana e Zanoni (2022), houve a manutenção da essência do indicador mesmo com todas as alterações metodológicas e em síntese as alterações não obedeceram uma evolução temporal clara, pois foram observados momentos de regressão e momentos de acréscimos conceituais.



Conforme a Tabela 01 pode-se ver a variação da metodologia para calcular o déficit habitacional.

Tabela 01: Mudanças metodológicas no déficit habitacional, na série histórica 1995-2018

| Déficit habitacional | | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | 8 | 9 | 10 | 11 | 12 | 13 |
|--|---|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|
| Componente | Subcomponente | 1995 | 2001 | 2004 | 2006 | 2008 | 2009 | 2011 | 2012 | 2013 | 2015 | 2016 | 2018 | 2021 |
| Habitações precárias/reposição | Rústicos | x | x | x* | | x | x | x | x | x | x | x | x | x |
| | Improvissados | x | x | x | | x | x | x | x | x | x | x | x | x |
| | Precários (unificado rústicos e improvisados) | | | | x | | | | | | | | | |
| Coabitação familiar/ incremento do estoque | Cômodos alugados, cedidos, próprios | | | | | | | x | x | x | x | x | x | |
| | Alugados e cedidos | x | | | | | | | | | | | | |
| | Coabitação | | x | x** | x | x | x | | | | | | | |
| | Conviventes | x | | | | | | | | | x | x | x | x |
| | Famílias conviventes secundárias com intenção de constituir domicílio exclusivo | | | | | | | x | x | x | | | | |
| - | Depreciação | | x | | | | | | | | | | | |
| - | Alugados urbanos com ônus maiores que 30% | x | x | | | | | | | | | | | |
| - | Ônus excessivo com o aluguel | | | | x | x | x | x | x | x | x | x | x | x |
| - | Adensamento excessivo em domicílios alugados | | | | | x | x | x | x | x | x | x | x | x |

* Metodologia ajustada porque não existia a variável.

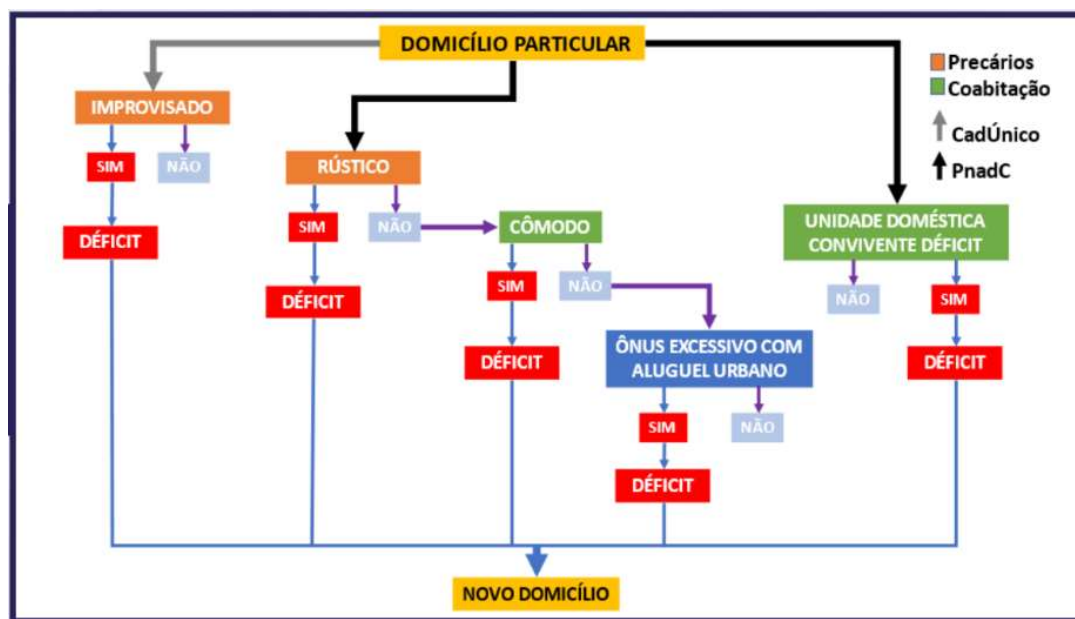
**Incluíram-se, no cálculo da coabitação, os cômodos próprios e não somente os alugados e cedidos.

Fonte: Santana e Zanoni (2022)

Atualmente a metodologia de cálculo do déficit habitacional feita pela FJP é estimada por meio dos dados disponíveis da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADContínua) do IBGE e do Cadastro Único para Programas Sociais – CadÚnico, do Ministério da Cidadania. O déficit habitacional, conforme indicado na figura 01 se dá pela

soma de cinco componentes: domicílios rústicos, domicílios improvisados, unidades domésticas convivendo com déficit, domicílios identificados como cômodos e domicílios cujo haja ônus excessivo de aluguel urbano (FJP, 2021a).

Figura 01: Fluxo Simplificado dos Componentes do Deficit Habitacional



Fonte: Fundação João Pinheiro, 2021.

A Fundação João Pinheiro trás esse cálculo para Estados, capitais e grandes regiões metropolitanas. A maioria dos estudos se baseia nas bases de dados acessíveis como PNADContínua e CAD Único. A PNAD apesar de possuir uma frequência anual é comprometida pela questão da amostra utilizada, ou seja, no nível de agregação, pois permite apenas uma análise estadual ou macrorregional. Dessa forma não se possibilita vislumbrar a questão nos municípios individualmente (VIANNA; LIMA, 2017).

2. A série histórica do déficit habitacional em Santa Catarina

Conforme Tabela 02 a autora extraiu dos relatórios da Fundação João Pinheiro os dados da evolução histórica do percentual do déficit habitacional na região Sul do Brasil e mais especificamente no estado de Santa Catarina.



Tabela 02: Deficit Habitacional da região Sul e SC - histórico

| Ano | DH | Região | % do total do déf cit |
|------|---------|----------------|-----------------------|
| 2000 | Déf cit | Sul | 9,6% |
| 2000 | Déf cit | Santa Catarina | 8,0% |
| 2005 | Déf cit | Sul | 15,8% |
| 2005 | Déf cit | Santa Catarina | 3,4% |
| 2006 | Déf cit | Sul | 11,0% |
| 2006 | Déf cit | Santa Catarina | 12,4% |
| 2007 | Déf cit | Sul | 7,5% |
| 2007 | Déf cit | Santa Catarina | 7,4% |
| 2008 | Déf cit | Sul | 6,5% |
| 2008 | Déf cit | Santa Catarina | 7,2% |
| 2009 | Déf cit | Sul | 6,6% |
| 2009 | Déf cit | Santa Catarina | 6,7% |
| 2010 | Déf cit | Sul | 8,7% |
| 2010 | Déf cit | Santa Catarina | 9,0% |
| 2011 | Déf cit | Sul | 6,2% |
| 2011 | Déf cit | Santa Catarina | 6,6% |
| 2012 | Déf cit | Sul | 5,6% |
| 2012 | Déf cit | Santa Catarina | 6,0% |
| 2013 | Déf cit | Sul | 6,3% |
| 2013 | Déf cit | Santa Catarina | 7,3% |
| 2014 | Déf cit | Sul | 6,3% |
| 2014 | Déf cit | Santa Catarina | 6,5% |
| 2015 | Déf cit | Sul | 7,0% |
| 2015 | Déf cit | Santa Catarina | 8,4% |
| 2016 | Déf cit | Sul | 10,7% |
| 2016 | Déf cit | Santa Catarina | 2,6% |
| 2017 | Déf cit | Sul | 11,2% |
| 2017 | Déf cit | Santa Catarina | 2,4% |
| 2018 | Déf cit | Sul | 11,4% |
| 2018 | Déf cit | Santa Catarina | 2,7% |
| 2019 | Déf cit | Sul | 10,5% |
| 2019 | Déf cit | Santa Catarina | 2,6% |

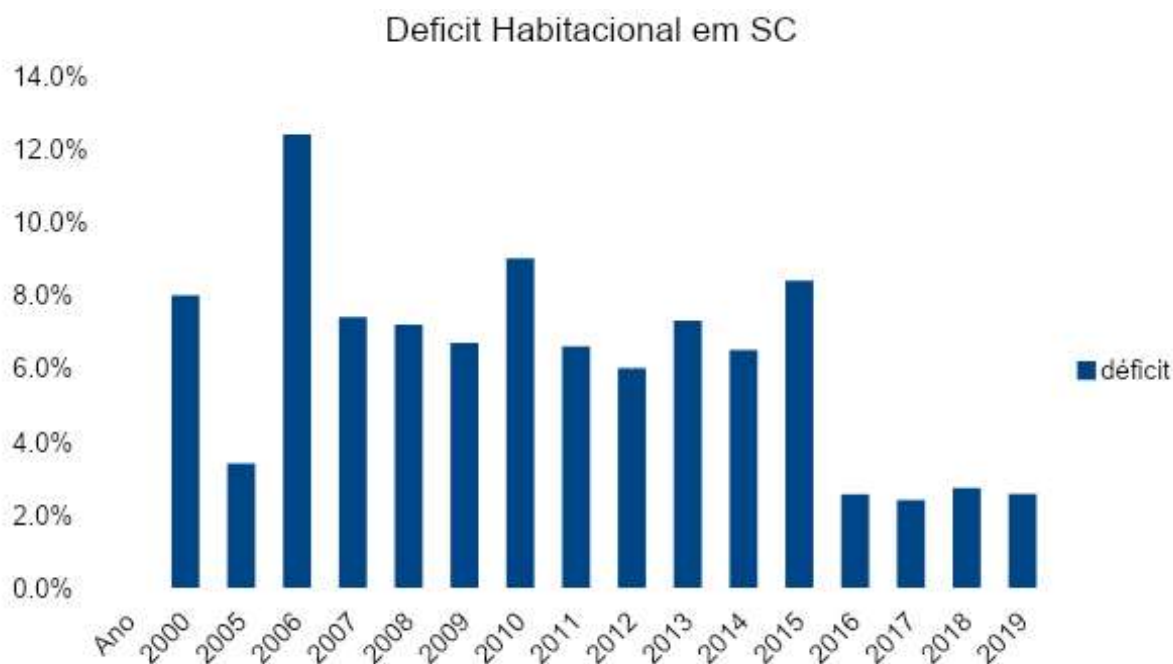
Fonte: FJP (2001, 2004, 2006, 2008, 2009, 2011, 2012, 2013, 2015, 2016, 2018, 2021b)

Organização: A autora (2022).

Segue o gráfico 01 para verificar o índice do déficit habitacional no Estado de Santa Catarina conforme tabela 03.



Gráfico 01: Déficit Habitacional em SC



Fonte: A autora (2022).

Conforme demonstrado no gráfico, o Estado de Santa Catarina teve pouca oscilação entre os anos 2000 e 2015, porém se manteve na média de 7,0% de déficit habitacional. Porém pode-se notar uma forte queda em 2016 que se mantém até 2019 – último dado coletado e fornecido até o momento.

3. Plano de Habitação de Interesse Social de Joinville - PHIS

O PHIS de Joinville foi uma iniciativa da Prefeitura Municipal de Joinville, por meio da Secretaria de Habitação, cuja finalidade foi construir uma proposta para reverter o quadro habitacional do município. Elaborada em 2010, apresenta soluções a diversos problemas habitacionais, sejam eles associados à ocupação irregular de terrenos, melhoria da qualidade habitacional e promoção de novas unidades habitacionais no município.

O PHIS de Joinville tem por objetivo principal estabelecer as diretrizes e formular uma estratégia de médio e longo prazo para equacionar as necessidades habitacionais do Município de Joinville até 2024. Para tanto estrutura-se sobre cinco eixos: regularização fundiária e urbanística, provisão e aquisição de novas unidades habitacionais, melhoria habitacional, urbanização de áreas e organização institucional.



As projeções para as necessidades no período 2009/2021 foram agrupadas em três grupos, a saber:

1. Projeções referentes ao Déficit Habitacional ou necessidade quantitativa, relacionado às moradias que devem ser construídas para substituir os domicílios existentes sem condições de segurança e garantir habitação adequada às famílias que não possuem um domicílio privativo.
2. Projeções referentes à necessidade qualitativa ou déficit qualitativo. A necessidade qualitativa se refere às unidades habitacionais que apresentem carência, podendo ser de infra-estrutura, adensamento excessivo ou inadequação fundiária.
3. Projeções referentes à demanda demográfica, ou seja, a necessidade da construção de habitações para atender às novas famílias no futuro, em função do crescimento populacional, das mudanças nos arranjos e composição familiar e mobilidade de famílias nos espaços intra-urbano, intra-regional e nacional.

Tabela 03 - Déficit habitacional de Joinville, por característica, 2017-2021

| ANO | 2017 | | | 2021 | | | |
|---|-----------------------------|---------------|---------------|------------|---------------|---------------|------------|
| | DÉFICIT HABITACIONAL BÁSICO | TOTAL | URBANA | RURAL | TOTAL | URBANA | RURAL |
| Absoluto | | 13.297 | 12.785 | 532 | 14.432 | 13.877 | 577 |
| Déficit habitacional básico - % do total dos domicílios | | 5,84 | 5,73 | 8,99 | 5,84 | 5,73 | 8,99 |
| Domicílios improvisados | | 424 | 403 | 21 | 460 | 437 | 23 |
| Domicílios Rústicos | | 116 | 110 | 6 | 126 | 120 | 6 |
| Famílias conviventes – coabitação familiar | | 7.783 | 7.298 | 485 | 8.447 | 7.921 | 526 |
| Cômodos | | 403 | 403 | 64 | 438 | 438 | 69 |
| Domicílios Alugados | | 4571 | 4571 | 0 | 4961 | 4961 | 0 |

Fonte: Plano de Habitação de Interesse Social de Joinville (2010)

4. Metodologia

A Metodologia proposta para o cálculo neste artigo é baseada no Instituto Jones dos Santos Neves (IJSN), no qual se utiliza apenas a base de dados do CadÚnico para mensurar o déficit municipal. Como a PNAD Contínua é uma pesquisa amostral, o IBGE não repassa seus dados a nível municipal, apenas a nível Estadual e para as capitais, com isso a Metodologia implantada pela Fundação João Pinheiro teve que ser adequada. Contudo, essa metodologia foi fundamentada nos conceitos e métodos utilizados no indicador da



Fundação João Pinheiro (FJP) relacionado ao déficit habitacional. O Instituto Mauro Borges já aplica a mesma metodologia para Goiás desde o ano de 2017.

O Cadastro Único do Governo Federal é um cadastro que reúne informações sobre famílias de baixa renda. Neste cadastro devem estar famílias que ganham até meio salário mínimo por pessoa ou que possuem renda familiar mensal de até três salários mínimos. Entre os benefícios da utilização do CadÚnico, pensando em formulação e implementação de políticas públicas, está a focalização em um grupo específico da sociedade (famílias de baixa renda), a necessidade e exigência de manter o cadastro atualizado juntamente com a ocorrência das buscas ativas por famílias não inscritas no cadastro, além das parcerias mantidas entre os três entes federativos para a manutenção do cadastro.

Através do banco de dados da Secretaria de Assistência Social do Município de Joinville, categoriza-se os domicílios de acordo com suas características, em algum componente do déficit habitacional. Se o domicílio não tem nenhuma característica elencada, ele não está em situação de déficit habitacional. Os componentes utilizados na análise são:

- Improvisado: Domicílios registrados como particular improvisado;
- Rústico: Domicílios com material predominante na construção das paredes externas de taipa não revestida ou madeira aproveitada ou palha ou outro material;
- Coabitação familiar Cômodo: Domicílio formado por um cômodo;
- Ônus excessivo por aluguel: Domicílios com comprometimento da renda familiar com aluguel superior a 30%;
- Adensamento: Domicílios com número de moradores por cômodo utilizado como dormitório igual ou superior a 3.

Esses são dados retirados da Fundação João Pinheiro como os componentes utilizados a nível nacional para cálculo do déficit. Porém, o CadÚnico não demonstra em seu questionário a estimativa de coabitação familiar pelo componente das famílias compartilhando um mesmo cômodo.

A partir dos conceitos e do fluxograma utilizado pela FJP, o IJSN realizou uma conferência das informações cadastradas no CadÚnico frente à metodologia da FJP, permitindo uma comparação entre os conceitos da FJP e as informações encontradas nos campos dos formulários utilizados no CadÚnico. O resumo dessa checagem de aderência é apresentado na tabela abaixo.



Tabela 04- Síntese da aplicação da metodologia de cálculo do déficit habitacional (FJP) ao banco do CadÚnico

| Componente FJP | Variável do CadÚnico | Registro utilizado como Déficit | Observação |
|---|---|---|---|
| Habitações Precárias Domicílio Rústico Domicílio Improvisado | - Espécie do domicílio (V2.02) - Material predominante na construção das paredes externas (V2.06) | - Particular improvisado - Taipa não revestida ou madeira aproveitada ou palha ou outro material | |
| - Coabitação familiar - Cômodos alugados, cedidos e próprios - Famílias conviventes secundárias com intenção de construir domicílio exclusivo | Quantos cômodos tem seu domicílio (V2.03) | | -Não é possível estimar a intenção de formar domicílio exclusivo. |
| Ônus excessivo com aluguel urbano | - Despesa com aluguel (V3.10 – item 6) - No mês passado recebeu remuneração de trabalho? (V 8.05) - Local onde está situado o seu domicílio (V 2.01) | - Registro de despesa (valor) - Registro da renda (valor) - V 2.01 = urbano | - verificação de comprometimento acima de 30% da renda familiar com despesa de aluguel |
| Adensamento excessivo domicílios alugados | - Quantos cômodos estão servindo, permanentemente, de dormitório? (V 2.04) - Quantas pessoas moram no seu domicílio? (V 3.07) - Se alugado (V3.10 – item 6) | | Verificação do número de moradores por cômodo utilizado como dormitório igual ou maior a 3. |

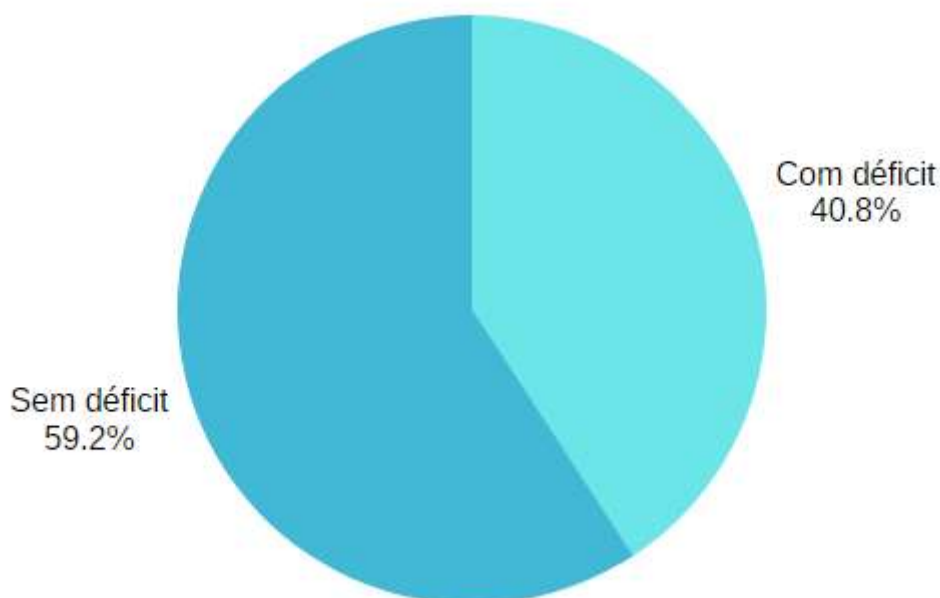
Fonte: VIANNA; LIMA, 2017.

5. Déficit Habitacional de Joinville

Os resultados aqui apresentados são baseados no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico) para o município de Joinville. A base contempla um total de 40.276 registros em agosto de 2022.



Gráfico 2: Proporção de famílias inscritas no CadÚnico em Joinville em situação de déficit habitacional – 2022



Fonte: CadÚnico (Ago/2022).

Elaboração: A autora.

5.1 Famílias em situação de déficit habitacional, por componentes do déficit

A Tabela 58 apresenta a decomposição da situação de déficit para o município de Joinville em suas cinco componentes (Domicílios Improvisados, Domicílios Rústicos, Coabitação Familiar, Ônus excessivo com aluguel urbano e Adensamento excessivo). O componente “Ônus excessivo com aluguel urbano” é o de maior representatividade, pois representa 76,86% das famílias em situação de déficit. O Adensamento excessivo corresponde a 14,87% do déficit.



Tabela 5: Déficit Habitacional Joinville

| Componentes do Déficit Habitacional | Absoluto | Porcentagem (%) |
|-------------------------------------|---------------|-----------------|
| Domicílios Improvisados | 70 | 0,42 |
| Rústico | 1.123 | 6,83 |
| Coabitação | 168 | 1,02 |
| Ônus com aluguel | 12.645 | 76,86 |
| Adensamento | 2.446 | 14,87 |
| TOTAL | 16.452 | 100 |

Fonte: CadÚnico (Ago/2022).

Elaboração: A autora.

6. Considerações Finais

O déficit habitacional em Santa Catarina, conforme notadamente no gráfico 01 vem sofrendo uma forte queda nos últimos 03 anos do indicador. Conforme os dados da tabela 01, inclusive vem caindo fortemente em relação a toda região Sul, sendo que o percentual do total do déficit habitacional está em crescimento na região enquanto no Estado de Santa Catarina sofreu uma forte queda.

No município de Joinville, o déficit habitacional para 2021 estimado em 2010 pelo Plano de Habitação de Interesse Social do Município seria de 14.432. O encontrado com a metodologia empregada pela CadÚnico aplicada para 2022 é de 16.452. Esse valor não condiz com o decréscimo encontrado no Estado de Santa Catarina, pois vemos que a evolução prevista em 2010 de crescimento, foi concretizada e com uma ampliação maior que a prevista.

Com esses dados pode-se notar que Joinville ainda deverá implantar uma política habitacional cada vez mais persistente, com a produção de novos terrenos e também a aplicação de melhorias habitacionais.



Referências

BONDUKI, N. Política habitacional e inclusão social no Brasil: revisão histórica e novas perspectivas no governo Lula. Revista eletrônica de Arquitetura e Urbanismo, São Paulo, n.1, p. 71-104, set. 2008.

CARDOSO, A, L; ARAGÃO, T A; JAENISCH, S T. Vinte e Dois Anos de Política Habitacional no Brasil: da euforia à crise. Rio de Janeiro, Letra Capital, Observatório das Metrópoles, 2017. Introdução (p. 15-48).

FJP - Fundação João Pinheiro. METODOLOGIA DO DEFICIT HABITACIONAL E DA INADEQUAÇÃO DE DOMICÍLIOS NO BRASIL – 2016-2019 9 / Fundação João Pinheiro. – Belo Horizonte: FJP, 2021a 76p

FJP – Fundação João Pinheiro (2001). Centro de Estatística e Informações. Déficit Habitacional no Brasil 2000. Belo Horizonte.

FJP – Fundação João Pinheiro (2004). Centro de Estatística e Informações. Déficit Habitacional no Brasil. Municípios Selecionados e Microrregiões geográficas. Belo Horizonte.

FJP – Fundação João Pinheiro (2006). Centro de Estatística e Informações. Déficit Habitacional no Brasil 2005. Belo Horizonte.

FJP – Fundação João Pinheiro (2008). Centro de Estatística e Informações. Déficit Habitacional no Brasil 2006. Belo Horizonte.

FJP – Fundação João Pinheiro (2009). Centro de Estatística e Informações. Déficit Habitacional no Brasil 2007. Belo Horizonte.

FJP – Fundação João Pinheiro (2011). Centro de Estatística e Informações. Déficit Habitacional no Brasil 2008. Belo Horizonte.



FJP – Fundação João Pinheiro (2012). Centro de Estatística e Informações. Déficit Habitacional no Brasil 2009. Belo Horizonte.

FJP – Fundação João Pinheiro (2013). Centro de Estatística e Informações. Déficit Habitacional Municipal no Brasil. Belo Horizonte.

FJP – Fundação João Pinheiro (2015). Centro de Estatística e Informações. Déficit Habitacional no Brasil 2011-2012. Belo Horizonte.

FJP – Fundação João Pinheiro (2016). Centro de Estatística e Informações. Déficit Habitacional no Brasil 2013-2014. Belo Horizonte.

FJP – Fundação João Pinheiro (2018). Centro de Estatística e Informações. Déficit Habitacional no Brasil 2015. Belo Horizonte.

FJP – Fundação João Pinheiro (2021b). Relatório Déficit Habitacional no Brasil 2016-2019. Belo Horizonte.

JANUZZI, P. de M. Indicadores sociais no Brasil: conceitos, fontes de dados e aplicações. Campinas, Alínea. 2016.

MORIMITSU, João Carlos Batista; SILVA, Márcia da. R. QUANTIFICAÇÃO DO DÉFICIT HABITACIONAL EM DIFERENTES ESCALAS ESPACIAIS NO BRASIL: GUARAPUAVA/PR E O CONTEXTO NACIONAL. Revista Ra'e Ga - Curitiba, Curitiba, v. 31, p. 7-28, ago. 2014.

SANTANA, Rhaiana Bandeira; ZANONI, Vanda Alice Garcia. Indicadores habitacionais brasileiros: análise comparativa da série histórica 1995-2018. Cadernos MetrÓpole, [S.L.], v. 24, n. 53, p. 409-428, abr. 2022.

SANTA CATARINA (Estado). Cohab/SC. Disponível em:
http://www.cohab.sc.gov.br/index.php?option=com_content&view=frontpage&Itemid=1.
 Acesso em: 29 set. 2022.

2023

XI Seminário Internacional sobre

Desenvolvimento regional

**Desenvolvimento Regional
em tempos de emergência
climática: desafios e
oportunidades**



Local: Santa Cruz do Sul, Rio Grande do Sul, Brasil
Dias 13, 14 e 15 de setembro de 2023
Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional
Universidade de Santa Cruz do Sul

REALIZAÇÃO:



PARCERIA:



PATROCÍNIO:



VIANNA, Paulo Jackson Bezerra; LIMA, Alex Felipe Rodrigues. Déficit Habitacional em Goiás: Uma Análise do CadÚnico - 2017. INSTITUTO MAURO BORGES DE ESTATÍSTICAS E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS, set. 2017.